**FORMULÁRIO A**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**INSCRIÇÃO NO MD**

Sr. Subchefe de Integração Logística da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

*(1)*................................................................................................................................................................................................................................................................................................................com sede à *(2)*......................................................................................................................................................................................................................................................................................................................, vem por intermédio de seu representante legal, requerer ao Senhor, com fundamento no inciso *(3)* ........... do art. 7º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, inscrição no MD como executante de serviço de aerolevantamento, Categoria “.......” *(4)*, anexando, para tanto, as informações adicionais constantes do verso deste Formulário e para habilitação de segurança, se selecionado.

|  |
| --- |
| ***(PROTOCOLO DE FORMALIZAÇÃO DE INTENÇÃO DE HABILITAÇÃO DE SEGURANÇA JUNTO AO GSD-MD – alíneas “j” e “k” do item 9.2 da NC01/IN02/NSC/GSI/PR )*** |
| *( ) SIM ( ) NÃO (5)*  **Objeto/grau de sigilo envolvido/natureza da informação classificada**: Em vista da presente intenção de inscrição no Ministério da Defesa para projetos de aerolevantamento no território nacional, incluindo a execução de voo em áreas ou instalações passíveis de classificação (RESERVADO), com geração/manipulação dos respectivos Originais de Aerolevantamento (OA) de titularidade da União, formaliza-se, no presente ato, essa expectativa e a intenção da Habilitação de Segurança necessária junto ao Gestor de Segurança e Credenciamento (GSD-MD) e declara-se expressamente a total aderência às qualificações técnicas necessárias à segurança da informação classificada.  **Duração**: superior a dois anos, com renovação obrigatória nesse período, se mantida a necessidade do objeto.  **Necessidade de tratamento**: A entidade inscrita que executa serviço de fim aeroespacial é, em princípio, e a critério do MD, a detentora da posse do OA e, em consequência, a responsável pela sua preservação e controle, conforme o art. 13 do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, que regula a atividade de aerolevantamento no território nacional.  **Endereço do Posto de Controle** **(sede ou filial da Entidade)**:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **E-mail**:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **Telefones**: ( )\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **Anexos:** Documentos probatórios de regularidade fiscal (alíneas “a” a “i” do item 9.2 da NC01/IN02/NSC/GSI/PR). |

Nestes termos,

Pede deferimento.

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*Instruções para preenchimento:*

*(1) Razão Social, se entidade privada; ou Nome da Entidade, se entidade pública.*

*(2) Informar logradouro, nº, complemento, bairro, cidade, UF, CEP, CNPJ, Telefone e Website.*

*(3) “I”, se entidade privada;;*

*“II”, se entidade pública; e*

*“III”, se requerente de inscrição especial temporária.*

*(4) “A” se executante das fases aeroespacial e decorrente;*

*“B” se executante apenas da fase aeroespacial; e*

*“C” se executante apenas da fase decorrente.*

*(5) A opção de* ***não*** *habilitação de segurança junto ao GSD-MD é padrão para EE categorias A e B que trabalham exclusivamente com RPA classes 2 ou 3 e torna o processo de inscrição, também para outras EE que assim procederem, mais ágil para a empresa e com possibilidade de Portaria de Inscrição para aerolevantamento de até 3 anos, porém impede que sejam concedidas AAFA pelo MD para projetos de aerolevantamento em áreas ou instalações passíveis de classificação. A opção SIM, implica Portaria de Inscrição para aerolevantamento de até 2 anos, devido ao prazo máximo normativo para habilitação de segurança.*

**Informações adicionais:**

O pedido de inscrição deverá ser dirigido ao MD, por intermédio da CHELOG, instruído, no que couber, com:

I - Informações previstas nos Formulários A, B, C, D e E;

II - Documentação que demonstre a capacitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a capacidade técnica da EE, conforme informações listadas por meio do sítio do MD na internet;

III - Inscrição do Responsável Técnico (RT) e também da EE no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou em outro órgão de regulamentação e fiscalização profissional equivalente, quando for o caso;

IV - Para cada aeronave preparada para exploração de SAE-AL ou *TPP*, pertencente às EE categorias A e B, os seguintes documentos serão de apresentação obrigatória:

a) aeronaves convencionais, de asa fixa ou rotativa e Aeronaves Remotamente Pilotadas (*RPA*) classe 1: Certificado de Matrícula (CM) e Certificado de Aeronavegabilidade (CA), emitidos pela ANAC e Formulário de Segurança de Voo da Aviação Civil (SEGVOO-001), referente à instalação do sensor, emitido por oficina credenciada.

b) *RPA* classe 2 e classe 3 em Operação Além da Linha de Visada Visual (*BVLOS*) do piloto/observador ou em teto superior a 400 pés Acima do Nível do Solo (*AGL*): CM e Certificado de Aeronavegabilidade Especial *RPA* (CAER), emitidos pela ANAC; e

c) *RPA* classe 3 em Operação na Linha de Visada Visual (*VLOS*) do piloto ou em teto inferior a 400 pés *AGL*: Certidão de Cadastro, preenchida com a opção para aerolevantamentos, obtida no Sistema de Aeronaves não Tripuladas (SISANT) do sítio da ANAC na internet.

V - Para as EE categorias A e B, cópia do ato de outorga (Decisão expedida pela ANAC), para a exploração de SAE-AL, publicada em DOU, ou *TPP* especificado no certificado da aeronave, expedido pela ANAC; e

VI - Homologação, por parte de órgão federal competente, para utilização de estação de recepção de dados captados por sensor orbital, se executante de tais serviços.

**FORMULÁRIO B**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**CADASTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS ENTIDADES INSCRITAS NO MD**

**RECURSOS HUMANOS**

.........................................................................................................................................................

*(Razão Social/Nome da Entidade)*

|  |  |
| --- | --- |
| **COMPONENTES** *(1)*  NOME/CPF/IDENTIDADE - ÓRGÃO EMISSOR | ESPECIALIDADE  CARGO/FUNÇÃO |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*(1) Relacionar: diretores, responsáveis técnicos, engenheiros, componentes da equipe técnica e tripulantes.*

**FORMULÁRIO C**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**CADASTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS ENTIDADES INSCRITAS NO MD**

**RECURSOS MATERIAIS**

.....................................................................................................................................................................

*(Razão Social/Nome da Entidade)*

|  |  |
| --- | --- |
| **NOMENCLATURA** *(1)* | **FASE**  **APLICAÇÃO** *(2)* |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*(1) Relacionar os equipamentos destinados à coleta, processamento e análise de imagens para produção de OA e PDA: aeronaves tripuladas (especificar se cadastrada como SAE-AL ou TPP), aeronaves remotamente pilotadas, hardwares, softwares e sensores necessários à execução de serviços de aerolevantamento.*

*(2) Especificar a fase aplicável (aeroespacial ou decorrente) e sua aplicação (ex: imageamento, navegação, aerotriangulação, geoprocessamento, etc.).*

**FORMULÁRIO D**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**CADASTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS ENTIDADES INSCRITAS NO MD**

**CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

.....................................................................................................................................................................

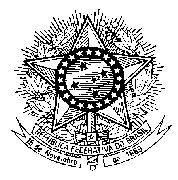
*(Razão Social/Nome da Entidade)*

|  |  |
| --- | --- |
| **OPERAÇÃO/SERVIÇO** *(1)* | **PRODUTOS DECORRENTES** |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*(1) Descrever as modalidades de operações ou serviços que a entidade está capacitada a realizar e os correspondentes produtos decorrentes de aerolevantamento.*

****

MINISTÉRIO DA DEFESA

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

SUBCHEFIA DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA

**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO – TCMS**

Perante o Ministério da Defesa, a .......................................................................................... *(Identificação da Entidade Executante - EE),* com sede à ...................................................................................................... *(Endereço completo)*, inscrita no CNPJ sob o nº ..............................., declara ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada e material de acesso restrito, cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e se compromete a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, de forma a:

a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou o material de acesso restrito que for fornecido pelo Ministério da Defesa e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou do material de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;

c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações restritas ou classificadas em qualquer grau de sigilo, ou do material de acesso restrito;

d) não copiar, reproduzir, distribuir, repassar, doar ou vender, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas ao material de acesso restrito do Ministério da Defesa, salvo com autorização da autoridade competente;

e) manter o registro das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou do material de acesso restrito fornecido pelo Ministério da Defesa; e

f) solicitar autorização ao Ministério da Defesa (MD) para a transferência de informação restrita e classificada a outra Entidade Executante (EE) regularmente inscrita, caso a entidade deixar de executar atividade de aerolevantamento.

Declaro que, após a assinatura deste termo, e em conformidade com o parágrafo 1º do art. 49 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, ao ter acesso via SisCLATEN aos polígonos de limites no território nacional passíveis de restrição, os utilizarei somente para efeito de planejamento de futuros projetos de aerolevantamento junto às Entidades Contratantes (EC), e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário da EE / CPF

1ª Testemunha: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e RG

2ª Testemunha: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e RG

**ORIENTAÇÕES COMPLEMENTRES IMPORTANTES**

**[rubricar todas as páginas e devolver ao MD com o TCMS assinado]**

**FLUXO DE PROCESSO**

**1. Necessidade de restrição ou classificação.**

***Referências:****Art. 49. Áreas ou instalações passíveis de restrição, encontradas nas áreas a serem aerolevantadas e sobrevoadas dos projetos recebidos para autorização, poderão ser designadas preventivamente como áreas ou instalações sensíveis ao recobrimento aéreo.*

*I - características técnicas e operacionais das plataformas aéreas e respectivos sistemas sensores e de posicionamento embarcados a serem empregados no aerolevantamento;*

*II - representação prevista para as informações de interesse da Defesa em PDA com resolução espacial menor ou igual que 50cm (cinquenta centímetros) ou com escala de mapeamento maior ou igual que 1:10.000 (um por dez mil), empregando-se sistemas sensores aerofotogramétricos e afins;*

*III - projetos com áreas a serem aerolevantadas e sobrevoadas localizadas na faixa de fronteira;*

*IV - projetos com utilização prevista de sensores aerogeofísicos, cujos PDA possuem elevado valor estratégico;*

*V - existência, em mídias públicas, de PDA com qualidade semelhante ao previsto para geração no projeto encaminhado; e*

*VI - outras condicionantes de ordem técnica, quando aplicáveis.*

*(...)*

*Art. 52. Os PAID não serão classificados como sigilosos, para que possam, de forma livre e eficiente, ser utilizados em benefício do desenvolvimento nacional, salvo em conjunturas específicas, por determinado período de tempo e a critério do Ministro de Estado da Defesa, que poderá:*

*I - determinar a classificação de PAID, especificamente os OA e PPA; ou*

*II - suspender a concessão da AAFA para projetos de aerolevantamento que contenham interseção com áreas ou instalações de interesse da Defesa.*

*Parágrafo único. As conjunturas a que se refere o caput serão determinadas, como ação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, levando-se em consideração determinado contexto político e estratégico em que o aerolevantamento possa oferecer risco à defesa, soberania ou integridade do território nacional.*

Em situação normal, somente serão restritos os Produtos Decorrentes de Aerolevantamento (PDA) produzidos com base nos Originais de Aerolevantamento (OA) de áreas ou instalações nacionais, de grande valor estratégico. Suas imagens, dependendo da análise técnica e fotointerpretativa da área e especificações do projeto, poderão ser consideradas como Produtos de Aerolevantamento de Interesse da Defesa (PAID). Os projetos de aerolevantamento serão marcados na Autorização para Aerolevantamento Fase Aeroespacial (AAFA) como ostensivos, e indicarão à Entidade Executante (EE) a demanda de algum tipo de restrição pelo MD, como procedimento de controle, sem necessidade de classificação dos OA.

Em conjunturas específicas, por determinado período de tempo e a critério do Ministro da Defesa, este poderá determinar a necessidade de classificação dos OA que contenham áreas ou instalações nacionais temporariamente sensíveis ao recobrimento aéreo, como ação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, em determinado contexto político e estratégico que ofereça risco à defesa, soberania ou integridade do território nacional. Dependendo da resolução, quando comparada às obtidas livremente por satélite, da disponibilidade pública e de demais fatores técnicos considerados durante a análise de parâmetros de voo pelo MD, pode ser identificado, em casos específicos, pontuais e em determinada janela de tempo, risco à defesa, soberania ou integridade do território nacional. Para minimizar esse risco, poderá ser atribuído grau de sigilo adequado aos OA no período em que vigorar a classificação, em adição aos procedimentos de restrição dos PDA.

**2. Informação prévia de áreas passíveis de restrição ao aerolevantamento, no ato da inscrição de EE categorias A e B.**

***Referência:*** *Art. 49. (...)*

*§ 1º Os limites de áreas ou instalações passíveis de restrição para os projetos a serem analisados estarão disponíveis às entidades no SisCLATEN, a partir da inscrição no Ministério da Defesa, para permitir o planejamento dos futuros projetos junto às EC ou da própria entidade.*

*§ 2º A sensibilidade ao recobrimento aéreo das áreas ou instalações de interesse da Defesa de que trata o caput corresponde às informações geoespaciais e não abrange a restrição de acesso a outros tipos de informações relacionadas à natureza da atividade desenvolvida nos respectivos locais.*

O acesso via SisCLATEN, no ato da inscrição, dos polígonos sem identificação, não é considerado recebimento de informação sigilosa, mas ainda assim demanda cuidados pela EE e a assinatura do presente termo de compromisso, em consonância com a legislação em vigor.

O acesso via SisCLATEN dos polígonos de áreas ou instalações passíveis de restrição é necessário a fim de permitir total transparência do MD com a EE e desta com a EC durante determinado contrato de aerolevantamento. Ocorre que, nas tratativas que o precedem, pode haver real necessidade de recobrimento aéreo de uma área ou instalação **potencialmente** **sensível**, demandada pela EC e identificada por correspondência de área ou interseção com um dos polígonos identificados no SisCLATEN pela EE. Nesse caso, os respectivos OA, a serem coletados durante a fase aeroespacial do aerolevantamento, apresentam chances de gerarem PDA com restrição e adicionalmente, em casos específicos, OA classificados quanto ao sigilo. Por isso, a EE pode necessitar estar credenciada no ato da assinatura da AAFA pelo MD, se o resultado da análise do projeto redundar em **classificação,** nos termos do parágrafo 2º do art. 53e para, ao aerolevantar a área sensível, estar apta a manipular legalmente esses OA em específico.

**3. Análise do projeto de aerolevantamento pelo MD e informação à EE, se for aplicável, de que aquele projeto gerará PDA restritos e adicionalmente, em certos casos, OA classificados. Nesse último caso, a concessão da AAFA exige que a EE seja previamente credenciada.**

***Referências:*** *Art. 50. O Ministério da Defesa, com base na análise prévia dos projetos recebidos, identificará, avaliará e informará às entidades inscritas, por meio da AAFA, a interseção das áreas a serem aerolevantadas com as áreas ou instalações de interesse da Defesa.*

*Parágrafo único. A AAFA conterá, de forma preventiva, os procedimentos específicos que informarão à entidades as seguintes restrições:*

*I - os PDA não poderão conter qualquer tipo de nomeação ou identificação de áreas ou instalações de interesse da Defesa, sendo a representação obrigatoriamente degradada a uma resolução espacial maior que 50cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (um por dez mil), quando for o caso; e*

*II - os OA e PPA provenientes da área do aerolevantamento poderão demandar identificação, marcação e registro específicos de controle, orientados pelo Ministério da Defesa, em adição aos procedimentos do art. 43.*

*Art. 53. O Ministério da Defesa, por intermédio da CHELOG, ao conceder a AAFA para a realização de projetos de aerolevantamento, com base no critério do inciso I do art. 52, informará à entidade o correspondente grau de sigilo dos OA e PPA, caso eles venham a ser efetivamente produzidos.*

*§ 1º A AAFA conterá, de forma preventiva, os procedimentos específicos que informarão à entidade que:*

*I - os OA e PPA provenientes da área a ser aerolevantada poderão receber classificação no grau de sigilo reservado, em adição aos procedimentos do inciso II, parágrafo único, do art. 50; e*

*II - os PDA não poderão conter qualquer tipo de nomeação ou identificação de áreas ou instalações sensíveis ao recobrimento aéreo, sendo a representação obrigatoriamente degradada para uma resolução espacial maior que 50cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (um por dez mil), quando for o caso.*

Durante a análise do projeto de aerolevantamento em área passível de restrição e adicionalmente classificação pelo MD, se o resultado dos parâmetros técnicos confirmar a aposição de restrição de PDA e grau de sigilo a ser atribuído aos OA, quando forem adquiridos na fase aeroespacial, e a EE não estiver credenciada para tratar com esses OA classificados, o processo de concessão da AAFA fica momentaneamente suspenso, aguardando o credenciamento pendente, que dependerá de disponibilidade do setor específico do MD, na Subchefia de Inteligência de Defesa, conforme instrução anexa.

A opção de a EE se credenciar previamente para manipular OA classificado, independente de encaminhamento de projeto, garante que a AAFA de qualquer projeto no futuro não será sobrestada por essa questão, conforme o parágrafo anterior. Entretanto, importante salientar que no processo, há possibilidade, não incomum, de que o resultado dos parâmetros técnicos não chegue a atribuir grau de sigilo aos OA, por ocasião de sua aquisição na fase aeroespacial, sinalizando-os como ostensivos. Nesse caso, não será necessário o credenciamento prévio da EE, embora, se for feito de forma preventiva, quaisquer surpresas e uma possível perda de tempo no credenciamento serão evitadas com o projeto tramitando e sob análise.

A EE é responsável por definir seu credenciamento de forma prévia ou tempestiva, em decorrência da análise de seu projeto, durante as conjunturas específicas determinadas pelo Ministro da Defesa. Também é responsável por todos os riscos e ônus dessa decisão. Importante registrar que a análise do MD é caso a caso e os limites de áreas passíveis de restrição no SisCLATEN não contém outra informação adicional que não esses próprios limites, cuja confirmação depende de inúmeros fatores de ordem discricionária, conforme os incisos I a VI do art. 49 e o parágrafo único do art. 52 da Portaria nº 3.703/GM-MD/2021.

**4. Classificação final dos OA.**

***Referências****: Art. 51. Por ocasião do recebimento, pelo Ministério da Defesa, das áreas aerolevantadas, anexas ao formulário J - Conclusão de Aerolevantamento - Informações, a entidade deverá adotar os procedimentos específicos do parágrafo único do art. 50, para os PAID gerados.*

*Parágrafo único. O projeto será liberado das restrições previamente definidas quando não se confirmar a geração de PAID..*

*Art. 54. O Ministério da Defesa, ao receber a área aerolevantada, anexa ao formulário J - Conclusão de Aerolevantamento - Informações, fará a análise necessária para:*

*I - submeter os OA e PPA à apreciação da autoridade competente para fim da classificação devida; ou*

*II - dispensar o projeto de classificação e de outras restrições preventivamente informadas na AAFA emitida, caso não se confirme a geração de PAID.*

É nessa fase que os **PDA deverão ser restritos** e **OA serão classificados de fato**, caso na AAFA, pela análise, a **área a ser aerolevantada** tenha sido sinalizada previamente para classificação.

Informada sobre a restrição de seus PDA, a EE deverá adotar os procedimentos do parágrafo único do art. 50.

Informada sobre o grau de sigilo efetivo dos OA, a EE, por intermédio do seu agente gestor de segurança e credenciamento, autorizado pelo MD para o Posto de Controle estabelecido nas dependências da entidade (ver Anexo), deverá tomar os seguintes cuidados, além dos previstos na Portaria nº 3.703/GM-MD/2021:

i - observar a norma que dispõe sobre assuntos sigilosos, notadamente a Lei nº 12.527/2011 e demais decretos regulamentadores; e

ii - cuidar para que os OA e seus *backups* sejam devidamente marcados da forma que for orientada durante a visita dos representantes do MD, para inspeção de EE credenciada, conforme o art. 25 do Decreto nº 7.845/2012.

Se por um motivo não previsto, mas justificado, a **área aerolevantada** informada no Formulário J ao MD não contiver interseção com o local sujeito à classificação, como era previsto no projeto, o OA respectivo será automaticamente ostensivo.

**5. Distribuição de PDA decorrente de OA classificado ou com restrições**

***Referência:*** *Art. 50. (...) Parágrafo único. A AAFA conterá, de forma preventiva, os procedimentos específicos que informarão à entidade as seguintes restrições:*

*I - os PDA não poderão conter qualquer tipo de nomeação ou identificação de áreas ou instalações de interesse da Defesa, sendo a representação obrigatoriamente degradada a uma resolução espacial maior que 50cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (um por dez mil), quando for o caso; e*

*II - os OA e PPA provenientes da área do aerolevantamento poderão demandar identificação, marcação e registro específicos de controle, orientados pelo Ministério da Defesa, em adição aos procedimentos do art. 43.*

**6. Encaminhamento ao MD de Formulário L ou M e de cópia digital de PDA proveniente de OA classificados ou PDA com restrições**

***Referência:*** *Art. 55. Por ocasião da primeira distribuição dos PDA pela EE à EC, provenientes de OA e PPA de interesse da Defesa, a EE deverá encaminhar ao Ministério da Defesa, uma cópia digital dos arquivos distribuídos, em mídia apropriada, acompanhada, no SisCLATEN, de:*

*I - formulário L - Notificação de Fornecimento, assinado por ambas as partes, para as condições de restrição do PDA na Seção I; ou*

*II - formulário M - Declaração de Recebimento e Compromisso - Produtos Decorrentes de Aerolevantamentos Classificados, assinado por ambas as partes, para as condições de classificação descritas na Seção II.*

*§ 1º O encaminhamento dos PDA em arquivo digital e de um dos formulários L ou M, conforme o caso, deverá ser realizado em prazo não superior a sessenta dias do recebimento do formulário J - Conclusão de Aerolevantamento - Informações pelo Ministério da Defesa ou não superior ao de entrega contratual com a EC, o que ocorrer primeiro.*

*§ 2º O Ministério da Defesa poderá rever esse prazo, antes de seu término, caso haja solicitação tempestiva da EE, formalizada com a devida justificativa.*

*§ 3º A concessão de novas AAFA estará condicionada ao cumprimento pela EE do previsto neste artigo.*

*§ 4º A cada redistribuição futura dos PDA, a EE deverá, antes de sua entrega efetiva, encaminhar ao Ministério da Defesa, via SisCLATEN, novo formulário L ou M, assinado por ambas as partes.*

*§ 5º As entidades especializadas dos governos federal, de que trata o caput do art. 12, e estaduais, municipais e do Distrito Federal, de que trata o inciso I do art. 13, que excepcionalmente necessitarem gerar PDA com nomeação, identificação ou representação plena de áreas ou instalações sensíveis ao recobrimento aéreo, deverão replicar, nesse produto para uso próprio, vedada a sua distribuição, a condição de restrição ou classificação atribuída aos OA e PPA que lhe deram origem.*

*§ 6º O acesso ou a distribuição de PAID, à entidade ou pessoa física estrangeira, dependem de prévia autorização do Ministério da Defesa.*

**ANEXO**

Caso a EE não tenha sido credenciada, conforme os instrumentos legais que regem os assuntos sigilosos, deverá providenciar junto ao MD a sua habilitação, como Posto de Controle (PC), e o credenciamento de seus agentes, Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC) e Gestor suplente, responsáveis pela segurança da informação classificada. O funcionamento na EE do PC habilitado, responsável pelo armazenamento de informação classificada em determinado grau de sigilo, exige pelo menos um agente GSC e seu suplente.

Enquanto a EE detiver sob sua posse OA classificado com determinado grau de sigilo, o PC não deverá ser desmobilizado. O não cumprimento dos requisitos de segurança previstos em legislação específica, bem como a inexistência, na EE, de seu agente GSC ou suplente, implica a transferência compulsória do material classificado sob sua guarda para outra EE designada pelo MD, não isentando a EE das responsabilidades previstas no Capítulo IX do Decreto nº 7.724/2012.

Caso seja constatada a vacância definitiva do agente GSC e de seu suplente ao mesmo tempo, a EE deverá contatar o MD para que sejam cumpridos procedimentos adequados de segurança, durante o processo de credenciamento do novo agente e de seu substituto.

**NC01/IN02/NSC/GSI/PR, de 27/JUN/2013 (EXTRATO RESUMO)**

**DISCIPLINA O CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA DE PESSOAS NATURAIS, ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA O TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS**

**3.2 Credencial de segurança**: certificado que autoriza pessoa para o tratamento de informação classificada;

**3.3 Credenciamento de segurança**: processo utilizado para habilitar órgão ou entidade, pública ou privada, ou ainda para credenciar pessoas para o tratamento de informação classificada.

**3.4 Gestor de Segurança e Credenciamento** - GSC: responsável pela segurança da informação classificada em qualquer grau de sigilo nos órgãos de registro e postos de controle, devidamente credenciado.

**3.6 Habilitação de segurança**: condição atribuída a um órgão ou entidade pública ou privada, que lhe confere a aptidão para o tratamento da informação classificada em determinado grau de sigilo.

**3.9 Inspeção para habilitação de segurança**: averiguação da existência dos requisitos indispensáveis à habilitação de segurança de órgãos e entidades para o tratamento de informação classificada.

**3.13 Órgão de Registro Nível 1 - ORN1**: ministério ou órgão de nível equivalente habilitado pelo Núcleo de Segurança e Credenciamento. (MD)

**3.14 Órgão de Registro Nível 2 - ORN2**: órgão ou entidade pública vinculada a órgão de registro nível 1 e por este habilitado. (MB, EB, FAB)

**3.15 Posto de Controle - PC**: unidade de órgão ou entidade pública ou privada, habilitada, responsável pelo armazenamento e controle de informação classificada em qualquer grau de sigilo, no âmbito de sua atuação.

**9 HABILITAÇÃO DE SEGURANÇA DE ENTIDADE PRIVADA.**

**9.1 O Órgão de Registro Nível 1 concederá a habilitação de segurança para entidade privada com a qual mantenha vínculo de qualquer natureza** e que necessite tratar informação classificada em qualquer grau de sigilo, bem como, possua expectativa de assinatura de contrato sigiloso, previsto na Seção IX do Capítulo III do Decreto nº 7.845, de 2012, protocolo ou carta de intenções firmada com órgãos ou entidades públicas em sua área de atuação.

**OBS: Por delegação de competência, conforme disposto no artigo 2 da Portaria nº 1.059/GSC/EMCFA-MD, de 12 de maio de 2015, o ORN-2 realiza os processos de inspeção, instrução e conferências necessárias às habilitações de segurança dos PC de entidade privada com a qual mantenha vínculo de qualquer natureza. Cabe ao GSC/MD apreciar o pedido de homologação a ele encaminhado pelo ORN-2, como disposto no artigo 3 dessa Portaria.**

9.2 A direção estatutária da entidade privada formalizará a intenção de habilitação de segurança de sua empresa ao GSC do órgão ou entidade pública, com o qual mantenha vínculo de qualquer natureza, encaminhando ao mesmo os seguintes documentos probatórios da regularidade fiscal e expectativa de assinatura de contrato sigiloso, previstos nos incisos I e III do art. 11 do Decreto nº 7.845, de 2012:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) organograma atualizado ou documento que identifique os reais controladores da empresa [é o Formulário B da Portaria nº 3.703/GM-MD/2021, o qual identificará o que já é apresentado no Contrato Social];

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (Receita Federal);

e) certidão quanto à Dívida Ativa da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) [d) e e) hoje são emitidos em um único documento];

f) Certidão Negativa de Débitos (INSS);

g) certidão de regularidade do FGTS (Caixa Econômica Federal);

h) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

i) prova de regularidade junto à Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;

j) protocolo ou carta de intenções, contendo o objeto do contrato, duração e grau de sigilo envolvido [é o Formulário A, da Portaria nº 3.703/GM-MD/2021]; e

k) a natureza da informação classificada, bem como a necessidade do seu tratamento.

9.3 A direção estatutária da entidade privada deverá também designar as pessoas que atuarão como GSC, titular e suplente, da empresa, conforme estabelecido no inciso IV do art. 11 do Decreto nº 7.845, de 2012, providenciando o credenciamento de segurança das mesmas, conforme previsto no item 5 desta Norma.

9.4 A substituição do Gestor de Segurança e Credenciamento titular ou suplente da empresa, por qualquer motivo, deverá ser informada imediatamente ao ORN1, para fins de credenciamento de segurança do substituto, conforme previsto no item 5 desta Norma.

9.5 Após conferência, análise e aprovação dos documentos probatórios apresentados, o ORN1 proporá à entidade privada um período para a realização da inspeção para habilitação de segurança na empresa.

9.6 O Órgão de Registro Nível 1 designará uma equipe de inspeção para habilitação de segurança da empresa que será acompanhada pelo Gestor de Segurança e Credenciamento da mesma.

9.7 A equipe de inspeção para habilitação de segurança verificará, em loco, as instalações destinadas para o Posto de Controle da entidade privada quanto ao atendimento da qualificação técnica mínima necessária ao tratamento de informação classificada, previsto no inciso II do art. 11 do Decreto nº 7.845, de 2012, de acordo com o item 8.5 desta Norma:

8.5 O Posto de Controle deverá possuir a seguinte qualificação técnica mínima:

a) estar localizado em área de acesso restrito, conforme disposto nos artigos 42, 43, 44 e 45 do Decreto nº 7.845, de 2012;

b) possuir meios de armazenamento de documentos físicos e eletrônicos com nível de segurança compatível com os graus de sigilo e volume;

c) possuir estrutura física adequada para o armazenamento e preservação dos documentos físicos e eletrônicos;

d) possuir planos e procedimentos de contingência de forma a assegurar a continuidade dos processos essenciais no caso de falhas ou sinistros;

e) possuir meios de comunicação segura compatível com os graus de sigilo;

f) possuir suas redes de dados e seus sistemas de tecnologia da informação adequadamente protegidos de ataques eletrônicos;

g) possuir sistemas alternativos de proteção da infraestrutura crítica relacionada com os ativos de informação e materiais de acesso restrito sob sua responsabilidade de armazenamento e controle;

h) atender aos princípios de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos ativos de informação e materiais de acesso restrito sob sua responsabilidade;

i) possuir protocolo exclusivo para documentos classificados, e quando necessário, de Documentos Controlados;

i) possuir restrição ao uso de máquinas fotográficas, gravadores de vídeo e áudio, ou similares, tais como câmeras de dispositivos móveis no interior das instalações do PC;

k) possuir quadro de pessoal capacitado para o tratamento de informação classificada; e

l) possuir recurso criptográfico para armazenamento e transmissão da informação classificada em conformidade com a Instrução Normativa GSI/PR nº 3, de 2013.

8.8 O documento de solicitação deverá indicar o endereço do Posto de Controle, meios de contato, bem como a declaração expressa da total aderência às qualificações técnicas necessárias à segurança da informação classificada, previstas no item 8.5 desta Norma, e ainda, quando o PC estiver geograficamente afastado do órgão de registro, os dados do responsável pelo mesmo, previamente credenciado.

9.8 A inspeção será finalizada com relatório substanciado, anexado ao processo de habilitação de segurança, no qual constará parecer fundamentado na análise dos autos da inspeção, indicando, em função do nível do risco potencial de quebra de segurança constatado, se a empresa está aprovada ou não na habilitação de segurança.

9.9 O relatório de inspeção deverá ser exarado por servidor público ocupante de cargo efetivo ou militar de carreira, credenciado e será anexado ao processo de habilitação de segurança.

9.10 Com base no relatório de inspeção, nos autos do processo e em outras informações que se fizerem úteis, o ORN1 poderá então expedir a habilitação de segurança solicitada, considerando o risco à segurança, o período de vigência do contrato e a necessidade de tratamento da informação classificada.

9.11 A habilitação de segurança de entidades privadas, observado o disposto no item 9.10 e a critério da alta administração do ORN1 com o qual a mesma mantém vínculo de qualquer natureza, terá validade não superior a dois anos.

9.12 O processo de habilitação de segurança será arquivado no ORN1, com o qual a entidade privada mantém vínculo de qualquer natureza.

**COMPOSIÇÃO DOCUMENTAL DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE SEGURANÇA DE**

**ENTIDADE PRIVADA, CONFORME A NC01 ACIMA**

1. **Documentos iniciais, entregues junto com os documentos para inscrição no aerolevantamento:**

* Ver item 9.2 acima, sendo que muitos dos documentos citados já são normalmente solicitados para a inscrição no aerolevantamento e não precisarão ser duplicados.

1. **Documentos a serem entregues preenchidos e assinados, normalmente durante a inspeção técnica da entidade:**

* FSCS – Formulário para solicitação de credenciamento de segurança ao MD.
* Carta de necessidade de credenciamento do presidente da entidade privada aos dois funcionários que assumirão como Gestor de Segurança e Credenciamento (GSC) e Gestor suplente – essa carta encaminha o FICD e o TCMS para preenchimento individual.
* Formulário individual de dados para credenciamento (FIDC) de cada um dos dois funcionários.
* Termo de compromisso de manutenção de sigilo (TCMS) de cada um dos dois funcionários.

1. **Os documentos acima, junto com o Relatório de Inspeção de Segurança efetuado na entidade privada serão encaminhados à Subchefia de Inteligência de Defesa para dar início ao processo de credenciamento, o qual correrá em paralelo com o processo de inscrição para aerolevantamento.**

**FORMULÁRIO F**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**AUTORIZAÇÃO DE AEROLEVANTAMENTO FASE AEROESPACIAL - AAFA**

|  |
| --- |
| Esta autorização é exclusivamente para execução do serviço de aerolevantamento no espaço aéreo brasileiro, ou seja, o registro de dados do terreno a partir de uma plataforma aérea.  O acesso ao espaço aéreo brasileiro requer de autorização do COMAER. Para execução e segurança do voo deverá haver, obrigatoriamente, a coordenação com os órgãos de controle de tráfego aéreo.  Esta autorização não exime o comandante/piloto da aeronave de observar o preconizado nas normas de acesso às áreas perigosas, proibidas e restritas do espaço aéreo brasileiro na execução do aerolevantamento. |

Sr. Gerente da Seção de Geoinformação, Meteorologia e Aerolevantamento da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

**AAFA nº** ............... **de** .........../........../............ ........................................................................

*(Responsável pela autorização)*

........................................................................................ *(Identificação da Entidade),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........ , por intermédio de seu representante legal, requer ao Senhor, com fundamento no art. 11, inciso I do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, autorização para executar o serviço da fase aeroespacial de aerolevantamento, caracterizado pelas informações prestadas abaixo e nos anexos que as acompanham:

**1. DADOS GERAIS - PROJETO Nº: ............ / 20........**

1.1 Destinatário/Contratante: ......................................................................................................................

1.2 CNPJ: ..............................................................

1.3 Endereço: ..............................................................................................................................................

1.4 Instrumento Legal: ................................................................................................................................

1.5 Objeto do Contrato: ...............................................................................................................................

1.6 Vigência do Contrato: ................................................................ *(de acordo com o estabelecido no instrumento legal)*

1.7 Finalidade do Aerolevantamento: ........................................................................................................

1.8 Escala: 1/................. e/ou GSD: ............ cm.

1.9 Áreas: a) Imageamento: ............ Km2 b) Sobrevoo: ............ Km2.

1.10 Município(s)/UF: ................................................................................................................................

**2. DADOS DA FASE AEROESPACIAL:**

2.1 Prazo de execução da fase aeroespacial: ............... dias / meses.

2.2 Aeronave(s):

Modelo: ..................................... Matrícula: ........................

2.3 Altitude de voo: ................. pés

2.4 Altura de voo: ................. pés *(4)*

2.5 Sensor(es): ......................................................................................

2.6 Tripulação:

Piloto(s): ...................................................................................................... CANAC ...............

OEE(s): ......................................................................................................

2.7 Base(s) de Operação *(7)*: ............................................................ - ...........

*(cidade/UF – indicador do aeródromo ou as coordenadas geográficas - para pontos de pouso e decolagem com ARP)*

2.8 Coordenadas da área a ser sobrevoada:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| VÉRTICE | LATITUDE | LONGITUDE |
| Nome da Área: | | |
| V1 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V2 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V3 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V4 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V5 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |

**3. DADOS DA FASE DECORRENTE:**

3.1 Entidade executante do Produto Primário do Aerolevantamento (PPA): ............................................

....................................... (*em conformidade com o parágrafo único do art. 28 dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021)*

3.2 Responsável Técnico: ........................................................................... - .................... *(nome – CREA)*

3.3Discriminação dos Serviços: .................................................................................................................

.....................................................................................................................................................................

3.4Produtos Decorrentes do Aerolevantamento (PDA): ...........................................................................

.....................................................................................................................................................................

**4. ORIGINAIS DO AEROLEVANTAMENTO:**

............................................................................ será a detentora da posse dos originais de aerolevantamento para fins de preservação e controle, em conformidade com o que estabelece o art. 13 do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997. *(O MD poderá autorizar a cessão do OA a entidade informada em 3.1)*

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

***(ESPAÇO DE USO RESERVADO AO MD)***

|  |
| --- |
| **Uso do Espaço Aéreo Condicionando (EAC)**  Necessários Pareceres Técnicos dos Órgãos Regionais abaixo, não obrigatórios para a presente análise, mas deverão ser obtidos previamente à execução da fase aeroespacial:  ( ) CINDACTA I ( ) CINDACTA II ( ) CINDACTA III ( ) CINDACTA IV ( ) CRCEA SE  **Restrição de Produtos de Aerolevantamento de Interesse da Defesa (PAID)**  **Conforme o Capítulo VI da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, a análise técnica que dá suporte a esta AAFA indica, de forma preventiva, que os PAID a serem produzidos poderão, com o recebimento do Formulário J, sofrer restrição e/ou demandarem classificação, conforme o seguinte:**  **Originais de Aerolevantamento (OA):**  ( ) 1. Em conformidade com o inciso II do art. 50 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os OA (DBA e PPA) provenientes da área do aerolevantamento demandarão identificação, marcação e registro específicos de controle, orientados pelo Ministério da Defesa, em adição aos procedimentos do art. 43 da citada portaria;  ( ) 2. Em conformidade com o caput do art. 52 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os OA (DBA e PPA) não serão classificados;  ( ) 3. Em conformidade com o inciso I do art. 53 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os OA (DBA e PPA) são de caráter Reservado; e  ( ) 4. A EE, nos termos do parágrafo 2° do art. 53, possui credenciamento prévio e Posto de Controle habilitado, conforme os instrumentos legais que regem os assuntos sigilosos.  **Produtos Decorrentes do Aerolevantamento (PDA):**  ( ) 1. Em conformidade com o inciso I do art. 50 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os PDA não poderão conter qualquer tipo de nomeação ou identificação de áreas ou instalações de interesse da Defesa, sendo a representação obrigatoriamente degradada a uma resolução espacial maior que 50 cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (um por dez mil);  ( ) 2. Em conformidade com o caput do art. 52 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os PDA não serão classificados; e  ( ) 3. Em conformidade com o inciso II do art. 53 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os PDA não poderão conter qualquer tipo de nomeação ou identificação de áreas ou instalações sensíveis ao recobrimento aéreo, sendo a representação obrigatoriamente degradada para uma resolução espacial maior que 50 cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (um por dez mil).  **Não autorização da AAFA**  ( ) De acordo com previsto no inciso II e no parágrafo único do art. 52 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, não foi autorizada a concessão da AAFA para o Projeto de Aerolevantamento nº\_\_\_\_, da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por conter interseção com áreas ou instalações de interesse da Defesa, **em** **conjunturas determinadas pelo Ministro de Estado da Defesa**.  ( ) De acordo com previsto no parágrafo único do art. 52 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, não foi autorizada a concessão da AAFA para o Projeto de Aerolevantamento nº\_\_\_\_, da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por a **EE não estar com Posto de Controle habilitado** por Portaria para tratar com OA/PPA classificado.  Brasília, ........... / ........... / ........... ........................................................................................  Subchefe de Integração Logística |

*(1) os textos grafados em itálico compreendem instruções para o preenchimento e não deverão ser impressos no Formulário;*

*(2) os campos em realce serão preenchidos pela SEGMA;*

*(3) o Formulário deverá ser impresso frente/verso, em duas vias, sem realces;*

*(4) preencher somente quando se tratar de projeto geofísico ou com emprego de RPA;*

*(5) encaminhar o Formulário L ou M quando do enceramento do Projeto; e*

*(6) para a execução e segurança de voo deverá haver coordenação com os órgãos de controle de tráfego aéreo. O comandante da aeronave deverá efetuar contato com o Centro de Operações Militares (COpM), sob cuja jurisdição se encontra a área do projeto, antes da decolagem, caso esta ocorra a partir de aeródromo desprovido de órgão ATS.*

**FORMULÁRIO G**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**INVENTÁRIO DE ORIGINAIS DE AEROLEVANTAMENTO**

MOTIVO DO INVENTÁRIO:

*(1) □ OA a serem transferidos; ou*

*(2)* *□ Renovação de Inscrição.*

............................................................................................. *(Identificação da Entidade)*,inscrita no MD, de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........ , por intermédio de seu representante legal, informa que:

*(1) □* detém a guarda e a posse dos Originais de Aerolevantamento (OA) e seus respectivos Produtos Primários de Aerolevantamento (PPA), conforme abaixo especificado:

*(2)* *□* foram executados serviços da fase aeroespacial e/ou da fase decorrente com produção de PPA, conforme abaixo especificado:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROJETO**  *(3)* | **AAFA**  *(4)* | **CONTRATANTE**  *(5)* | **Data**  *(6)* | **O / R / Res**  *(7)* | **A / D**  **AD**  *(8)* |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

..................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*Instruções para preenchimento:*

*(1) “OA a serem transferidos, com fundamento no § 1º do art. 23 dos procedimentos aprovados pela Portaria n° 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021”;*

*(2) “Renovação de Inscrição, com fundamento no § 1º do art. 24, dos procedimentos aprovados pela Portaria n° 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021”;*

*(3) nº do Projeto, em conformidade com a AAFA correspondente;*

*(4) nº e ano da AAFA, se aplicável;*

*(5) nome da entidade contratante;*

*(6) data de conclusão, em conformidade com o Formulário J;*

*(7) O – Ostensivo / R – Restrito / Res – Reservado; e*

*(8) A – analógico / D – digital / AD – analógico e digital*

**FORMULÁRIO H**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**AUTORIZAÇÃO PARA DESTRUIÇÃO DE ORIGINAL DE AEROLEVANTAMENTO**

Sr. Subchefe de Integração Logística da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

**nº** ............... **de** .........../........../............ ........................................................................

*(Responsável pela autorização)*

............................................................................................. *(Identificação da Entidade)*,inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........, por intermédio de seu representante legal, requer ao Senhor, com fundamento no § 1º do art. 47 dos procedimentos aprovados pela Portaria n° 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, autorização para destruição ....................... *(total ou parcial)* do original de aerolevantamento, referente ao Projeto ......................., AAFA nº ........./.........

Exposição de motivos para a inutilização do OA:

........................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................

Coordenadas geográficas do polígono que contempla o OA:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| VÉRTICE | LATITUDE | LONGITUDE |
| V1 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V2 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V3 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V4 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V5 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |

Nestes termos,

Pede deferimento.

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

**FORMULÁRIO I**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE ORIGINAL DE AEROLEVANTAMENTO**

Sr. Subchefe de Integração Logística da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

**nº** ............... **de** .........../........../............ ........................................................................

*(Responsável pela autorização)*

**PROJETO Nº: ............ / 20........ AAFA nº: ............... de .........../........../............**

............................................................................................. *(Identificação da Entidade cedente),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........, requer ao Senhor, com fundamento no § 2º do art. 47 dos procedimentos aprovados pela Portaria n° 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, autorização para cessão, em caráter permanente, do original de aerolevantamento referente ao Projeto supracitado, para a ............................................................................................. *(Identificação da Entidade cessionária),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........

Exposição de motivos para a cessão do OA:

........................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................

Nestes termos,

Pedem deferimento.

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE cedente

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE cessionária

**FORMULÁRIO J**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**CONCLUSÃO DE AEROLEVANTAMENTO – INFORMAÇÕES**

............................................................................................. *(Identificação da Entidade)*,inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........ , por intermédio de seu representante legal, informa ao Senhor, com fundamento no art. 35 dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, a conclusão do Projeto abaixo especificado:

**1. PROJETO Nº: ............ / 20........** □*(1)* **AAFA nº: ............... de .........../........../............**

2. Data de conclusão da fase aeroespacial: .........../........../........................................*(2)*

3. Tipo de Aerolevantamento: □Foto □Laser □Radar □Geofísico □M/HSS

4. Finalidade:..........................................................................................................................

5. Escala: 1/..................... e/ou GSD: ........ cm.

6. Área Efetiva do Imageamento: ............ Km2

7. Município(s)/UF do polígono efetivamente imageado: ..............................................................................

8. Responsável Técnico: ................................................................................... - .................... *(nome – CREA)*

9. Produtos Decorrentes do Aerolevantamento (PDA): ..................................................................................

10. Anexos:

10.1 Fotoíndice: *(com as representações gráficas da área solicitada para o imageamento na AAFA e a área AEROLEVANTADA, especificando separadamente em tabela ou lista, neste subitem, as coordenadas geográficas dos vértices do polígono constante do fotoíndice e anexando o arquivo .kml dessa área)*;

10.2 Outros: *(caso necessário, incluir o Formulário L ou M, no caso de projetos restritos ou classificados, dentre outros documentos)*.

11. Entidade que produziu, na fase decorrente, o Produto Primário de Aerolevantamento (PPA): ..........................................................................., inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........ *(3)*

**12. ORIGINAIS DO AEROLEVANTAMENTO:**

................................................................................................ *(Identificação da Entidade)* será a detentora da posse dos originais de aerolevantamento para fins de preservação e controle, em conformidade com o que estabelece o art. 13 do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997.

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do detentor dos OA *(4)*

*(1) Marcar com um “X” se o aerolevantamento foi pré-autorizado, sem necessidade de AAFA, conforme o art. 38 do Anexo à Portaria n° 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021.*

*(2) caso a fase aeroespacial do projeto não tenha sido executada, a despeito do motivo, informar no item “****2. VOO NÃO REALIZADO****” e desconsiderar as demais informações do formulário;*

*(3) caso seja especificado na AAFA que originais serão processados por outra entidade, em conformidade com os parágrafos 1º e 2º do art. 16 dos procedimentos aprovados pela Portaria n° 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, especificar no item “11.” a entidade produtora dos PPA; e*

*(4) preencher este campo somente se a EE detentora da posse dos OA seja distinta da EE executante da fase aeroespacial, conforme o parágrafo único do art. 42.*

***(ESPAÇO DE USO RESERVADO AO MD)***

|  |
| --- |
| **Restrição de Produtos de Aerolevantamento de Interesse da Defesa (PAID)**  **Conforme o Capítulo VI da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, a análise técnica definiu que os PAID produzidos deverão sofrer restrição, conforme o seguinte:**  **Originais de Aerolevantamento (OA):**  ( ) 1. Em conformidade com o inciso II do art. 50 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os OA (DBA e PPA) provenientes da área do aerolevantamento deverão ser identificados, marcados e possuir registros específicos de controle, orientados pelo Ministério da Defesa, em adição aos procedimentos do art. 43 da citada portaria;  ( ) 2. Em conformidade com o caput do art. 52 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os OA (DBA e PPA) não são classificados;  ( ) 3. Em conformidade com o inciso I do art. 53 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os OA (DBA e PPA) são de caráter Reservado; e  ( ) 4. A EE, nos termos do parágrafo 2° do art. 53, possui credenciamento prévio e Posto de Controle habilitado, conforme os instrumentos legais que regem os assuntos sigilosos.  **Produtos Decorrentes do Aerolevantamento (PDA):**  ( ) 1. Em conformidade com o inciso I do art. 50 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os PDA não deverão conter qualquer tipo de nomeação ou identificação de áreas ou instalações de interesse da Defesa, sendo a representação obrigatoriamente degradada a uma resolução espacial maior que 50 cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (um por dez mil);  ( ) 2. Em conformidade com o caput do art. 52 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os PDA não são classificados; e  ( ) 3. Em conformidade com o inciso II do art. 53 da Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, os PDA não poderão conter qualquer tipo de nomeação ou identificação de áreas ou instalações sensíveis ao recobrimento aéreo, sendo a representação obrigatoriamente degradada para uma resolução espacial maior que 50 cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (um por dez mil).  Brasília, ........... / ........... / ........... ........................................................................................  Subchefe de Integração Logística |

**FORMULÁRIO K**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**DECLARAÇÃO DE INTERESSE**

Sr. Subchefe de Integração Logística da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

**PROJETO Nº: ............ / 20........**

........................................................................................ *(Identificação da Entidade),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........ , por intermédio de seu representante legal, DECLARA seu interesse para executar o serviço da fase aeroespacial do aerolevantamento, no prazo de ................ dias, conforme abaixo especificado, em conformidade com o prescrito no § 1º do art. 30 dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021:

*(1)* .................................................................................................................................., conforme as coordenadas abaixo, para fim de ................................................................... *(2) ou (3)*:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| VÉRTICE | LATITUDE | LONGITUDE |
| V1 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V2 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V3 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V4 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |
| V5 | 00º00’00”S | 000º00’00”W |

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

**TERMO DE COMPROMISSO** *(4)*

A ........................................................................................ *(Identificação da Entidade),* compromete-se a enviar para a CHELOG os contratos pactuados a posteriori, com base nos fornecimentos dos produtos decorrentes do aerolevantamento (PDA), observando o prescrito no § 1º do art. 30 dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021.

....................................................... ................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*Instruções para preenchimento:*

1. *especificar o sensor a utilizar, área do imageamento, GSD, Municípios, etc.*
2. *calibração de Sensor*
3. *geração de Acervo*
4. *preencher o Termo de Compromisso somente para o caso de Projeto para Geração de Acervo, de forma que a EE se comprometa a enviar ao MD os contratos pactuados a posteriori, com base no fornecimento de PDA, a partir dos OA afetos ao projeto de aerolevantamento.*

**FORMULÁRIO L**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**NOTIFICAÇÃO DE FORNECIMENTO**

**PRODUTOS DE AEROLEVANTAMENTO DE INTERESSE DA DEFESA (PAID)**

**COM RESTRIÇÃO**

**PROJETO Nº: ............ / 20........ AAFA nº: ............... de .........../........../............**

.......................................................................................................... *(entidade contratante e receptora dos PDA com restrição)*, CNPJ ................................................., ................................................................................... *(endereço completo)*, em cumprimento ao inciso I do art. 55, dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, declara que recebeu da ............................................................................................................ *(entidade* *contratada, executante e fornecedora dos PAID com restrição)*, CNPJ ................................................., .......................................................................... *(endereço completo)* o(s) produto(s) decorrente(s) de aerolevantamento (PDA) abaixo discriminado(s), com todas as áreas ou instalações de interesse da Defesa informadas pela entidade contratada que realizou o aerolevantamento, sem qualquer tipo de nomeação ou identificação e com a representação degradada a uma resolução espacial maior que 50cm (cinquenta centímetros) ou para uma escala de mapeamento menor que 1:10.000 (1 por dez mil), quando for o caso, em conformidade com art. 51 e o inciso I, do parágrafo único do art. 50 do mesmo normativo legal.

Discriminação dos PDA: .................................................................................................. *(em conformidade com o item 3.4 da AAFA supramencionada).*

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE contratada

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário contratante

**FORMULÁRIO M**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E COMPROMISSO**

**PRODUTOS DECORRENTES DE AEROLEVANTAMENTOS CLASSIFICADOS**

**PROJETO Nº: ............ / 20........ AAFA nº: ............... de .........../........../............**

.......................................................................................................... *(entidade contratante e receptora dos PDA classificados)*, CNPJ ................................................., ................................................................................... *(endereço completo)*, em cumprimento ao art. 55 dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, declara que recebeu da ....................................................................................................................... *(entidade* *contratada, executante e fornecedora dos PAID com restrição e classificados, bem como as elencadas no § 1º do art. 12)*, CNPJ ................................................., ............................................................................ *(endereço completo)* o(s) produto(s) decorrente(s) de aerolevantamento (PDA) abaixo discriminado(s), e que se compromete a observar a legislação de aerolevantamento e a norma que dispõe sobre assuntos sigilosos, no que se refere aos cuidados estabelecidos para produtos sigilosos de aerolevantamento.

Discriminação dos PDA: .................................................................................................. *(em conformidade com o item 3.4 da AAFA supramencionada).*

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE contratada

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário contratante

**FORMULÁRIO N**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADE ESTRANGEIRA**

Sr. Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

**nº** ............... **de** .........../........../............ ........................................................................

*(Responsável pela autorização)*

........................................................................................ *(Identificação da Entidade),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........ , por intermédio de seu representante legal, requer ao Senhor, com fundamento no art. 11, inciso I do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, autorização para que ........................................................................................ *(Identificação da Entidade Estrangeira)* possa executar os serviços de aerolevantamento, de conformidade com as informações constantes em anexo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

***(ESPAÇO DE USO RESERVADO AO MD)***

Autorização concedida pelo Presidente da República em despacho de ........ /........ / ......., exarado na Exposição de Motivos nº .......... de ....... / ......./ ......., registrada sob o nº ......................................................../ MD, de ........ / ........ / .............

Brasília, ........... / ........... / ........... ........................................................................................

Subchefe de Integração Logística

**FORMULÁRIO O**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADE ESTRANGEIRA**

**RECURSOS MATERIAIS**

Sr. Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

.....................................................................................................................................................................

*(Razão Social / Nome da Entidade Estrangeira)*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOMENCLATURA** | **MARCA**  **MODELO** *(1)* | **Quantidade** | **APLICAÇÃO** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*(1) Relacionar aeronaves, sensores e softwares a serem utilizados nos serviços.*

**FORMULÁRIO P**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADE ESTRANGEIRA**

**RECURSOS HUMANOS**

Sr. Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

.....................................................................................................................................................................

*(Razão Social / Nome da Entidade Estrangeira)*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **COMPONENTES** *(1)* | **ESPECIALIDADE**  **FUNÇÃO** | **OBSERVAÇÕES** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

1. *nome, identidade/passaporte /órgão emissor.*

**FORMULÁRIO Q**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADE ESTRANGEIRA**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

Sr. Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

............................................................................................................................................. *(Identificação da Entidade Estrangeira),* de nacionalidade ................................................................., com sede situada na ........................................................................................................................................ *(endereço completo),* declara por intermédio de seu representante legal, que se compromete a:

a) observar a legislação de aerolevantamento e a norma que dispõe sobre assuntos sigilosos;

b) aceitar o controle exercido pelo MD e demais autoridades brasileiras;

c) empregar os recursos humanos e materiais alocados no Brasil somente na execução dos serviços autorizados;

d) garantir livre acesso pelo lado brasileiro aos dados coletados e tratados, e aos relatórios parciais e final, elaborados pelo lado estrangeiro; e

e) prestar quaisquer informações requeridas pelo MD.

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

**FORMULÁRIO R**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADE ESTRANGEIRA**

**TERMO DE CONCORDÂNCIA PRÉVIA**

Sr. Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

Os representantes legais, abaixo designados, da entidade coordenadora .......................................................

...................................................................................... *(Identificação da Entidade)* e da entidade estrangeira ...................................................................................... *(Identificação da Entidade Estrangeira)* expressam sua concordância em:

a) disponibilizar vaga, a bordo da aeronave estrangeira, para observador(es) brasileiro(s) credenciado(s) pelo MD e/ou pelo COMAER;

b) transmitir previamente ao(s) observador(es) o conhecimento dos equipamentos a serem empregados;

c) embarcar o(s) observador(es) na aeronave estrangeira no último aeródromo estrangeiro, ou no primeiro nacional, e desembarcá-lo(s) no último nacional, ou primeiro estrangeiro;

d) indenizar as despesas com deslocamento, alimentação e pousada do(s) observador(es); e

e) consentir que o(s) observador(es) exerçam a autoridade de abortar o aerolevantamento, caso seja constatado desvio da sua execução.

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Representante da Entidade Coordenadora

....................................................... ............................................................................................

Local / Data Representante da Entidade Estrangeira

**FORMULÁRIO S**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADE ESTRANGEIRA**

**CONCLUSÃO DE AEROLEVANTAMENTO – INFORMAÇÕES**

Sr. Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

............................................................................................. *(Identificação da Entidade Estrangeira)*, por intermédio de seu representante legal, informa ao Senhor, com fundamento na alínea “b”, do inciso II, do art. 64 dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, a conclusão do Projeto com Participação Estrangeira abaixo especificado:

**1. PROJETO Nº: ............ / 20........ AAFA nº: ............... de .........../........../............**

2. Escala: 1/..................... e/ou GSD: ........ cm.

3. Área Efetiva do Imageamento: ............ km2

4. Município(s)/UF: ........................................................................................................................................

5. Responsável Técnico: .................................................... ............................. - .................... *(nome – CREA)*

6. Produtos Decorrentes do Aerolevantamento (PDA): ..................................................................................

..........................................................................................................................................................................

7. Anexos:

7.1 Fotoíndice: *(com as representações gráficas da área solicitada para o imageamento na APE e a área AEROLEVANTADA, especificando as coordenadas geográficas dos vértices do polígono)*;

7.2 Outros: *(caso necessário, incluir o Formulário L ou M, no caso de projetos com restrição ou classificados, dentre outros documentos)*.

8. Entidade que produziu o Produto Primário de Aerolevantamento (PPA): .........................................................., inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ......../MD, de ... / ... / .....

**9. ORIGINAIS DO AEROLEVANTAMENTO:**

................................................................................................ *(Identificação da Entidade)* será a detentora da posse dos originais de aerolevantamento para fins de preservação e controle, em conformidade com o que estabelece o art. 13 do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997.

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Representante da Entidade Estrangeira

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do detentor dos OA

**FORMULÁRIO T**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**REQUERIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE ORIGINAL DE AEROLEVANTAMENTO**

Sr. Subchefe de Integração Logística da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

**nº** ............... **de** .........../........../............

( ) Deferido ( ) Indeferido, novo prazo de guarda estipulado: .........../........../............

........................................................................

*(Responsável pelo deferimento)*

............................................................................................. *(Identificação da Entidade),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........, requer ao Senhor, com fundamento no art. 46 dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, autorização para a transferência da titularidade, em caráter permanente, do(s) original(is) de aerolevantamento abaixo relacionado(s), considerando o tempo mínimo de guarda e preservação dos OA, estipulado no art. 40 desta Portaria.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROJETO**  *(1)* | **AAFA**  *(2)* | **CONTRATANTE**  *(3)* | **Data**  *(4)* | **O / R / Res**  *(5)* | **A / D**  **AD**  *(6)* |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Nestes termos,

Pede deferimento.

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

*Instruções para preenchimento:*

*(1) nº do Projeto, em conformidade com a AAFA correspondente;*

*(2) nº e ano da AAFA;*

*(3) nome da entidade contratante;*

*(4) data de conclusão, em conformidade com o Formulário J;*

*(5) O – Ostensivo / R – Restrito / Res – Reservado; e*

*(6) A – analógico / D – digital / AD – analógico e digital*

**FORMULÁRIO U**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA**

Sr. Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

............................................................................................. *(Identificação da Entidade),* com sede à ............................................................................................. *(Endereço)*, vem por intermédio de seu representante legal, requerer ao Senhor, com fundamento § 1º do art. 7º, do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, inscrição especial TEMPORÁRIA no MD como executante de serviço de aerolevantamento, Categoria “.......”, anexando, para tanto, as informações adicionais constantes abaixo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação da Requerente

**Informações adicionais:**

O pedido de inscrição especial temporária deverá ser dirigido ao MD, por intermédio da CHELOG, instruído, no que couber, com:

I - Informações previstas nos Formulários A, B, C, D e E;

II - Documentação que demonstre a capacitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a capacidade técnica da EE, conforme informações listadas por meio do sítio do MD na internet;

III - Inscrição do Responsável Técnico (RT) e também da EE no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou em outro órgão de regulamentação e fiscalização profissional equivalente, quando for o caso;

IV - Para cada aeronave preparada para exploração de SAE-AL ou *TPP*, pertencente às EE categorias A e B, os seguintes documentos serão de apresentação obrigatória:

a) aeronaves convencionais, de asa fixa ou rotativa e Aeronaves Remotamente Pilotadas (*RPA*) classe 1: Certificado de Matrícula (CM) e Certificado de Aeronavegabilidade (CA), emitidos pela ANAC e Formulário de Segurança de Voo da Aviação Civil (SEGVOO-001), referente à instalação do sensor, emitido por oficina credenciada.

b) *RPA* classe 2 e classe 3 em Operação Além da Linha de Visada Visual (*BVLOS*) do piloto/observador ou em teto superior a 400 pés Acima do Nível do Solo (*AGL*): CM e Certificado de Aeronavegabilidade Especial *RPA* (CAER), emitidos pela ANAC; e

c) *RPA* classe 3 em Operação na Linha de Visada Visual (*VLOS*) do piloto ou em teto inferior a 400 pés *AGL*: Certidão de Cadastro, preenchida com a opção para aerolevantamentos, obtida no Sistema de Aeronaves não Tripuladas (SISANT) do sítio da ANAC na internet.

V - Para as EE categorias A e B, cópia do ato de outorga (Decisão expedida pela ANAC), para a exploração de SAE-AL, publicada em DOU, ou *TPP* especificado no certificado da aeronave, expedido pela ANAC; e

VI - Homologação, por parte de órgão federal competente, para utilização de estação de recepção de dados captados por sensor orbital, se executante de tais serviços.

**FORMULÁRIO V**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**RECURSO DE PROCESSO SANCIONATÓRIO – PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Sr. Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa

............................................................................................. *(Identificação da Entidade),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........, vem por intermédio de seu representante legal, requerer ao Senhor, com fundamento no § 1º do art. 71, dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, recurso de processo sancionatório imposto pelo MD, considerando a justificativa abaixo discriminada:

JUSTIFICATIVA: ..........................................................................................................................................

.........................................................................................................................................................................

.........................................................................................................................................................................

.........................................................................................................................................................................

.........................................................................................................................................................................

Nestes termos,

Pede deferimento.

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

**FORMULÁRIO W**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**RECURSO DE PROCESSO SANCIONATÓRIO – SEGUNDA INSTÂNCIA**

Sr. Ministro de Estado da Defesa

............................................................................................. *(Identificação da Entidade),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........, vem por intermédio de seu representante legal, requerer ao Senhor, com fundamento no § 2º do art. 71, dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021, recurso de processo sancionatório imposto pelo MD, considerando a justificativa abaixo discriminada:

JUSTIFICATIVA: ......................................................................................................................................

.....................................................................................................................................................................

.....................................................................................................................................................................

.....................................................................................................................................................................

.....................................................................................................................................................................

Nestes termos,

Pede deferimento.

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

**FORMULÁRIO X**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**ESTAÇÃO DE RECEPÇÃO – AUTORIZAÇÃO**

Sr. Subchefe de Integração Logística da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

........................................................................................ *(Identificação da Entidade),* inscrita no MD de acordo com a Portaria nº ............../MD, de ....... / ....... / ........ , por intermédio de seu representante legal, requer ao Senhor, com fundamento no art. 11, inciso II do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, autorização para executar o serviço da fase aeroespacial de aerolevantamento, caracterizado pelas informações prestadas abaixo e nos anexos que as acompanham:

1. DADOS GERAIS

1.1 Instrumento de Ajuste: ........................................................................................................................

1.2 Número: ..............................

1.3 Data: ........ / ......... / ............

1.4 Vigência: Início: ........ / ......... / ................. Término: . ........ / ......... / .................

1.5 Área de cobertura da plataforma: .............................................................................................................

1.6 Vigência do Contrato: ..................................................... *(de acordo com o estabelecido no instrumento legal)*

1.7 Área captada pela antena *(coordenadas geográficas)*: ....................................................................................

1.8 Localização da estação receptora *(coordenadas geográficas)*:.........................................................................

1.9 Cidade/UF: .............................................................................

2. ORIGINAIS DE AEROLEVANTAMENTO:

Especificação: .................................................................................................................................................

..........................................................................................................................................................................

..........................................................................................................................................................................

3. PRODUTOS GERADOS:

Especificação: .............................................................................................................................................

..........................................................................................................................................................................

..........................................................................................................................................................................

4. COMPROMISSO DE CUIDADOS COM ORIGINAIS E PRODUTOS GERADOS:

O requerente abaixo assinado compromete-se a observar a legislação de aerolevantamento e a norma que dispõe sobre assuntos sigilosos, no que se refere aos cuidados com a guarda e utilização dos Originais de Aerolevantamento e de seus produtos decorrentes, bem como encaminhar ao MD, até o 5º dia útil de cada mês, as informações previstas no § 3º do art. 35, dos procedimentos aprovados pela Portaria nº 3.703/GM-MD, de 6 de setembro de 2021.

5. ANEXOS:

5.1 Mapa-índice com esquema das passagens da plataforma espacial e áreas abrangidas.

5.2 Outros*.*

Nestes termos,

Pede deferimento.

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE

Brasília, .........../........../............

..............................................................................................

*(Responsável pela autorização)*

*(1) os textos grafados em itálico compreendem instruções para o preenchimento e não deverão ser impressos no Formulário;*

*(2) os campos em realce serão preenchidos pela SEGMA; e*

*(3) o Formulário deverá ser impresso frente/verso, em duas vias, sem realces.*

**FORMULÁRIO Y**

**AEROLEVANTAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**ESTAÇÃO DE RECEPÇÃO – INFORMAÇÕES**

**1. GERAIS:**

Entidade autorizada: .............................................................................................................................

Autorização do MD de .........../ .........../ 20...........

Período: ....................../ 20........... a ....................../ 20........... *(Mês/Ano)*

**2. ORIGINAL DE AEROLEVANTAMENTO: *(Cenas obtidas)***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ÓRBITA  PONTO | SENSOR | BANDA | SISTEMA  ORBITAL | DATA DE  OBTENÇÃO | SOLICITANTE |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

**3. PRODUTOS FORNECIDOS:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DISCRIMINAÇÃO | ESCALA | DELIMITAÇÃO DA  ÁREA (LAT/LONG) | SOLICITANTE |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

...................................................... ...................................................................................

Local / Data Assinatura / Identificação do Signatário EE